

**XXIII Encontro Anual da ANPOCS**

**A pequena Itália de Niterói:  
uma cidade, muitas famílias**

Angela de Castro Gomes  
UFF  
Cpdoc-FGV

**Niterói  
1999**

# **A pequena Itália de Niterói: uma cidade, muitas famílias**

**Angela de Castro Gomes**

## **Introdução**

Este trabalho recupera um tema clássico dos estudos de história e de história da memória: a trajetória de famílias que, em determinado momento de suas vidas e da vida de seus países, empreenderam a aventura da imigração entre dois mundos. Um deles, o velho mundo europeu que povoou continentes com seus conquistadores, colonizadores e imigrantes. O outro, o novo mundo americano, alimentador de um imaginário grandioso que antecedeu até mesmo o seu descobrimento por navegadores europeus. No velho mundo, a origem dos imigrantes é a Itália, um dos países que, desde meados do século XIX, abastecia com seus homens pobres as massas migratórias que se dirigiam tanto para a América do Norte, quanto para a do Sul. No novo mundo, o destino aqui focado é o Brasil que, ao lado da Argentina, apresentava-se como uma segunda melhor alternativa para o longo, doloroso e, se tudo e Deus permitissem, glorioso deslocamento.

O que torna, portanto, esta incursão sobre a história da memória de famílias imigrantes interessante é menos o tema geral e mais certas particularidades específicas em sua abordagem. Em primeiro lugar, trata-se de lidar com a vinda de italianos ocorrida após o fenômeno ou a época designada como a da «grande imigração», isto é, a que decorre entre 1870-80 até cerca de 1930.<sup>1</sup> Neste período, cerca de um milhão e meio de pessoas desta nacionalidade chegaram ao Brasil, o que se não é um número tão expressivo, se comparado às levas que chegaram aos USA e à Argentina, também não é pouco, quando pensamos que a população da cidade do Rio de Janeiro, a maior do país em 1940, era de aproximadamente um milhão e setecentos mil habitantes.<sup>2</sup> Portanto, a reflexão não se volta para esses

---

<sup>1</sup> Este longo período pode ser subdividido em três grandes fluxos. O primeiro, de 1820 a 1876, com entrada de 350.117 imigrantes e predomínio de portugueses e alemães, que se dirigiam para núcleos de colonização organizados por iniciativa governamental ou particular. O segundo, de 1877 a 1903, com uma entrada de 1.927.992 pessoas, e com predominância de italianos. E o terceiro, de 1904 a 1930, com 2.142.117 imigrantes de várias nacionalidades e uma diminuição considerável de entradas durante a I Guerra Mundial. A partir de então, até os anos 1960, migram para o Brasil contingentes expressivos de japoneses, italianos e espanhóis, que se dirigem, basicamente, para áreas urbano-industriais. Neide L. Patarra, «Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período do pós-30», em Boris Fausto. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, Vol. 4, São Paulo, Difel, p.253.

<sup>2</sup> O total de imigrantes italianos que vêm para o Brasil nesse período excede ao de portugueses, o que é um bom indicador de sua importância. Um texto recente sobre o assunto, de onde os dados aqui citados foram

imigrantes, que se dirigiram predominantemente para São Paulo e para os estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), sendo constrangidos, induzidos ou mesmo procurando, por livre escolha, uma localização na zona rural do novo país.

O objetivo aqui é observar os imigrantes italianos que vieram após este período e sob outras circunstâncias e dificuldades, assinaladas basicamente pelo final da Segunda Guerra Mundial, com seus desdobramentos econômicos e políticos, tanto para a Itália, quanto para o Brasil.<sup>3</sup> Seu destino é, assim, um pouco diverso, pois se a grande parte desses homens continuava a ter uma origem camponesa muito pobre, a maioria não acalentava mais o sonho da propriedade da terra na América, e muito menos buscava uma colocação em alguma fazenda «de brasileiro». Portanto, embora até existissem projetos de assentamentos de colonos italianos em área rural,<sup>4</sup> o fluxo do pós-ssegunda guerra esteve marcado, desde o início, pela expectativa de uma luta que se faria no ambiente, também pouco hospitaleiro, de algumas cidades do Brasil. Entre elas é que se encontra Niterói, na época a capital do estado do Rio de Janeiro, e vizinha da cidade do Rio de Janeiro, o então Distrito Federal.<sup>5</sup>

Em segundo lugar, como já se anuncia claramente, trabalhar com um grupo de famílias imigrantes numa cidade de médio porte, como Niterói, é uma estratégia para se tratar das questões mais gerais da imigração no período e também para se abordar a dinâmica da imigração italiana na região do entorno da baía de Guanabara, tendo o Rio de Janeiro como porto de entrada. Um dos mais fortes estímulos para essa escolha encontra-se no fato de, tanto o momento, quanto o espaço geográfico serem pouco estudados pela literatura que trata da imigração italiana no Brasil, muito abundante para São Paulo, para os

---

extraídos, é Zuleika Alvim, «Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo», em Fernando Novais (coord.) e Nicolau Sevcenko (org.), *História da vida privada no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1998, vol. III, p. 215-288. Outro texto sobre o assunto, mas enfocando outro período, é o de Boris Fausto, «Imigração: cortes e continuidades», *História da vida privada no Brasil*, Fernando Novais (coord.) e Lilia Schwarcz (org.), vol. IV, p. 13-64.

<sup>3</sup> Em 18 de setembro de 1945, ainda no Estado Novo, é sancionado o decreto-lei nº 7.967 que reabre o Brasil à imigração, mantendo-se, contudo, um sistema de quotas. Nos anos anteriores, nos círculos governamentais, já se debatia e esperava um grande fluxo de imigrantes, dada à situação de miséria do continente europeu. Por isso, segundo as orientações de uma política «assimilacionista», que deveria evitar a formação de quistos de não-nacionais, os imigrantes preferenciais seriam os portugueses, espanhóis e italianos.

<sup>4</sup> Em 1950 forma-se a Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, que passa a desenvolver estudos visando a realização de empreendimentos no setor agrícola de nosso país. No geral, a experiência de implementação de colônias agrícolas de italianos - em São Paulo, na Bahia e no estado do Rio de Janeiro (como a Cooperativa Abruzzo Forte e Gentile, em Japuíba) - não foi bem sucedida.

<sup>5</sup> Niterói, em 1940, tinha 124.507 habitantes; em 1950, 170.868 e em 1960, 228.826. Neide Patarra, op. cit., p. 262.

três estados do sul e também para Minas, sobretudo quando referida aos fins do século XIX e inícios do XX.<sup>6</sup>

As razões para essa escassez são compreensíveis, uma vez que entre 1940 e 1950 a imigração do exterior para o Brasil diminuiu sensivelmente, o que se refletiu na entrada de italianos para o estado do Rio de Janeiro, que caiu de 4.607 para 3.454 pessoas, respectivamente. Ou seja, pelos dados do censo de 1950, o número de italianos que se achava no Brasil era de 242.337, sendo que o estado do Rio representava apenas 1,72% deste total. Os maiores contingentes continuavam situados em São Paulo e nos três estados da região Sul, conforme tendência consolidada pelo tempo. Além disso, entre 1951 e 1957 o número de imigrantes italianos também não é tão grande, alcançando 75.000 pessoas, de forma que, em 1958, e considerando-se a taxa natural de óbitos, o número de italianos deveria continuar próximo aos 242.000 estimados em 1950.<sup>7</sup>

Por conseguinte, o trabalho é um estudo de caso que procura mapear, em fins dos anos 90, a história da memória dos italianos que se instalaram em Niterói, predominantemente a partir de meados dos anos 40, trabalhando com algumas narrativas de famílias. O procedimento para o mapeamento da comunidade e para a escolha das famílias a serem entrevistadas apoiou-se em duas organizações referenciais de guarda da memória - o Clube Italiano e a Associação Beneficente Italiana (ABITA)-, ambas frutos diretos dos que chegaram a Niterói no pós Segunda Guerra. Além delas, foi extremamente útil a consulta ao jornal *Comunità Italiana*, elaborado e publicado por um jovem descendente, Pietro Petraglia, que cobre os acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos dos imigrantes italianos do país e não apenas do estado do Rio de Janeiro e da cidade de Niterói. Portanto, a pesquisa privilegiou as fontes orais, mas consultou os dados da ABITA e fez um levantamento do jornal, além de beneficiar-se da documentação privada - escrita e visual - dos próprios entrevistados.

Ao todo, foram selecionadas oito famílias - Chinelli, Ciambarela, Polizzo, Figlino, Mônaco, Petraglia, Vanni e Andreoli -, que não pretendem constituir uma amostra

---

<sup>6</sup> Um excelente indicador desse vazio bibliográfico é a coletânea, em três volumes, organizada por Luis A. de De Boni, *A presença italiana no Brasil*, Porto Alegre/Torino, EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. Com dezenas de artigos, o Rio de Janeiro, cidade e estado, praticamente nela não está contemplado percentualmente. Em inícios de 1999, o Arquivo Nacional publicou um número de sua revista, *Acervo*, dedicado à imigração. Nela, há quatro artigos tratando do Rio de Janeiro e apenas um que aborda o tema no período do pós Segunda Guerra Mundial. *Acervo*, vol. 10, nº 2, jul.-dez, 1997

<sup>7</sup> Todas essas informações censitárias foram retiradas do livro de Franco Cenni, *Italianos no Brasil*, São

quantitativa da comunidade, mas sim fornecer um perfil de trajetórias que contemplem temáticas ligadas às condições da imigração no pós-guerra; às formas de estabelecimento na cidade de Niterói, em especial às redes de solidariedade familiar montadas quando da chegada dos imigrantes; às características físicas e sociais da cidade na época; e às atividades econômicas nas quais esses homens e mulheres se envolveram, privilegiando-se as que se constituíram em um quase monopólio do grupo de italianos. Por conseguinte, a pesquisa trabalha numa linha que combina história social e cultural, destacando o espaço urbano, no caso a cidade de Niterói, como «lugar» onde uma série de temas caros à disciplina podem ser problematizados. O enfoque que conduziu o projeto enfatizou a *experiência* dos atores recortados, lidando também com conceitos como *trajetória; geração e memória geracional; projeto; silêncio e esquecimento*, todos presentes na literatura mais recente que se utiliza da História Oral.<sup>8</sup>

Em alguns casos, foi possível realizar entrevistas com mais de um membro de uma família, mas em outros isto não ocorreu, procurando-se então um depoimento mais longo e estratégico para a reconstituição da narrativa do grupo familiar. A pesquisa preparatória e a ida ao campo tomaram quase um ano e meio de trabalho, atingindo diretamente 19 pessoas e totalizando cerca de 25 horas de gravação, realizadas pela coordenadora do projeto, bolsistas de aperfeiçoamento e alunos de graduação.<sup>9</sup> E é este terceiro aspecto que conviria ser ressaltado. Todo o processo de investigação se beneficiou, em maior ou menor grau, da atuação de estudantes do Curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), conjugando ensino e pesquisa e conformando-se como atividade de diálogo entre a universidade e a população da cidade que a abriga.<sup>10</sup>

---

Paulo, Livraria Martins, s/d, p.400-405.

<sup>8</sup> O texto, curto e direto, não é compatível com justificações teóricas sobre a natureza e o uso desses conceitos já amplamente compartilhados pelos que lidam com História Oral. As referências mais evidentes são E.P Thompson, Michel Pollack, Alessandro Portelli, Henry Rousso, Jean François Sirenelli, Giovanni Levi, dentre outros autores, em vários de seus trabalhos.

<sup>9</sup> Alguns membros de uma família não puderam ser entrevistados por razões diversas, mas nos deram informações em várias conversas anotadas. Assim, este texto se beneficia também de sua preciosa colaboração e a eles fica registrado nosso agradecimento. Quanto às entrevistas, estão todas depositadas no acervo do Laboratório de História Oral e Iconografia (LABHOI) do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>10</sup> A pesquisa faz parte de um projeto integrado, desenvolvido pelo LABHOI, do Departamento de História da UFF, financiado pelo CNPq entre 1997 e 1999. Aproveito a ocasião para registrar meu agradecimento a essa agência financiadora, pois, sem as condições materiais por ela propiciada, teria sido impossível arcar com os custos inerentes à metodologia da História Oral.

## A pequena Itália de Niterói

A história que esses imigrantes contam sobre suas vidas e a vida de suas famílias e comunidade não é fundamentalmente diferente de muitos relatos sobre a aventura de migrar. Mas há variações e emoções.<sup>11</sup> A maioria dos italianos que vêm para Niterói sai da Calábria, região sul da Itália, marcada pela pobreza dos campos e das oportunidades de trabalho. Mais especificamente, por razões que se prendem a uma delicada e antiga rede de solidariedade, eles vêm de algumas pequenas cidades, como Fuscaldo e Paola, na província de Cosenza, e da cidade de Sacco, em Salerno, mais próxima ao porto de Nápoles.<sup>12</sup>

Fuscaldo - de fons caldo ou água quente - é uma pequena cidade de montanha, lembrada como famosa por seu bom clima e pela tradição medieval de suas famílias. Dominava, em seu passado, região geográfica bem maior, abarcando a vizinha e litorânea Paola. São como duas cidades irmãs, tanto no que se refere à proximidade de atividades sócio-econômicas, dominadas pela vida rural fundada no cultivo do milho e dos legumes, além da criação de porcos e galinhas, quanto no que se refere às disputas pelo santo protetor: São Francisco de Paola. Muitíssimo religiosos, sobretudo como italianos particularmente abençoados por um santo forte, os habitantes de Fuscaldo e Paola, ao se lembrarem de «seus tempos» na terra natal, remarcarão a festa de São Francisco, comemorada no segundo domingo de maio com missa, procissão, barraquinhas e comida farta e gostosa.

Se os de Paola e Fuscaldo contam muitas histórias sobre as dificuldades vividas em sua região, a Calábria, a situação não é distinta para os que vem de Sacco e que estreitam, com o tempo, os laços com Niterói. Sacco, Fuscaldo e Paola são algumas das pequenas cidades do sul da Itália atingidas pela pobreza da região e, mais ainda, pelo caos trazido pela guerra. Aliás, na memória desses homens, mulheres e crianças, o «tempo da

---

<sup>11</sup> Queria enfatizar o sentido pedagógico deste projeto que buscou colocar os alunos de graduação em contato com as vivências e sentimentos dos depoentes, aproximando-os da prática da pesquisa e de uma «história viva».

<sup>12</sup> Na onda migratória que marca os inícios da República, o Rio de Janeiro receberá, predominantemente, uma população de camponeses pobres oriunda das regiões do Minho, Douro e Trás-os-Montes, de Portugal; da região da Galiza, da Espanha; e das províncias de Cosenza, Salerno e Potenza, da Itália. Portanto, no caso dos italianos vindos no pós-guerra, há muitas viagens e histórias, de sucessos e fracassos, que os

Itália» tem um claro divisor com a chegada da guerra. Antes dela, referem-se a uma vida simples, marcada pelo cultivo em pequenas propriedades, suficientes contudo para alimentar a família, que também podia contar com membros que se dedicassem ao trabalho na ferrovia ou que tivessem profissões como marcenaria e outras do gênero. Como os que hoje falam eram jovens ou crianças em inícios dos anos 40, registram que todos, em sua cidades, frequentavam a escola, muito valorizada e importante no regime de Mussolini, então o grande líder italiano

De qualquer forma, antes da guerra a vida era «boa, embora dura», havendo família, alimentação, estudos e festas. Com a guerra tudo mudou. Em primeiro lugar mudou, porque em muitos casos havia familiares que eram soldados e acabaram sendo combatentes do Exército italiano. Vale registrar que os depoimentos, regra geral, afirmam uma admiração intensa por Mussolini e pelas mudanças que vinha realizando na Itália, dentre as quais um maior acesso à educação, que se tornava um bem almejado para os habitantes das regiões mais pobres. O «erro» de Mussolini, para vários entrevistados, teria sido aliar-se a Hitler ou por opção, ou por falta de opção. A questão foi a da entrada na guerra ao lado dos alemães. A partir daí, os problemas foram múltiplos e desconcertantes: houve os bombardeios ingleses, a morte de Mussolini; e a adesão aos aliados, com a punição final, dentro da Itália, materializada na perseguição movida pelos alemães a seus ex-aliados. Isso, sem falar na convivência com a resistência, também muito complexa.

O tempo da guerra, como não poderia deixar de ser, foi assim o tempo da mais radical pobreza e do medo, primeiro dos aviões, depois dos alemães e por fim da própria resistência, que não gostava das famílias que houvessem tido soldados alistados com Mussolini. Quando o conflito se encerrou a Itália e, particularmente a já pobre Calábria, estavam arrasadas. A recuperação, como todos logo se dão conta, iria ser lenta e começaria pelo norte, bem mais desenvolvido. Não havia, de imediato, para os jovens do sul, como retomar os estudos, sendo também remota a chance de conseguir um posto de trabalho. Os poucos existentes eram ocupados por homens mais velhos, casados e mais qualificados. Ficavam, como opções, o deslocamento para as cidades do norte do país- em especial Milão-, ou a luta por um lugar na fila dos que se dispunham a vir para a América. Os tempos do imediato pós-guerra foram, por conseguinte, tempos de rememorar as experiências

familiares de todos os que já haviam experimentado tal aventura. Como os entrevistados esclareceram, as cidades eram pequenas; todos se conheciam e haviam-se aproximado com a guerra; e todos tinham, no presente ou em um passado mais ou menos próximo, familiares que haviam imigrado e contavam histórias, muitas histórias.

A viagem não era coisa fácil. A passagem era cara e normalmente exigia a mobilização financeira da família, inclusive com a contratação de despachantes que cuidavam dos papéis necessários no Consulado em Nápoles. O visto requeria uma «carta de chamada», que podia ser verdadeira ou não, mas que cumpria o papel burocrático de assegurar às autoridades brasileiras que havia quem respondesse pelo imigrante, quando de sua chegada. Além disso, havia um exame médico considerado muito rigoroso. Aquele que não «estivesse realmente bem» era «barrado» e não podia seguir viagem. O momento, evidentemente, era de grande demanda para sair, sendo a América do Sul um alvo preferencial, uma vez que os USA estavam inibindo os fluxos migratórios. Até 1948, inclusive, o Brasil teve posição chave, pois a Argentina, só após a ascensão de Péron, em 1946, reverte sua política restritiva anterior, abrindo-se para novas levas migratórias.

De uma forma geral, aqueles que partiam na virada dos 1950 já possuíam parentes ou referências no Brasil. No geral, seguiam, de início, um ou dois membros da família, que podia se deslocar toda ou em parte nos anos seguintes, conforme os sucessos obtidos. Logicamente, estes novos «pioneiros» eram jovens solteiros ou maridos desacompanhados, que declaravam, de forma verdadeira ou «inventada», mais uma vez, possuir profissões «especializadas», como as de carpinteiro, sorveteiro, etc.

Para a maioria absoluta, a viagem de navio era a primeira experiência de deslocamento, vivenciada por uns como um período até agradável, onde se faziam novos amigos e se estreitavam relações com pessoas já conhecidas. Para outros, contudo, em especial para as mulheres e crianças, ela foi um tempo de mal estar físico e psicológico, ante a angústia de ter que sair da Itália e o medo do que se iria enfrentar, mesmo que para encontrar o marido e outros familiares. Se a viagem é uma experiência ambígua, as impressões da chegada guardam uma notável convergência. Praticamente todos os depoentes falam de cores. Da luz do sol e de seu calor; da visão do mar e do colorido da terra. Nesta, são os homens negros de vários matizes que impressionam, pela abundância e presença no porto. Mesmo não sendo desconhecidos, pois houve soldados americanos e

brasileiros negros na Itália, os depoentes insistem no impacto da visão, qualificada, quando da entrevista, como surpreendente

Mas para além da surpresa, há os que asseguram terem ficado de imediato cativados pelo país, datando daí sua decisão de não querer mais voltar, o que podia obviamente ser uma alteração de uma intenção original ou uma bonita justificação para um projeto que, desde o nascedouro, praticamente não admitia o retorno.

Uma vez no Brasil, no Rio ou em Niterói, esses imigrantes italianos enfrentavam com solidariedade familiar e comunitária o famoso problema do samba, *eu não tenho onde morar*. Eles, em geral, tinham onde morar e, no caso, a alternativa era dupla. Havia os que iam compartilhar a casa de parentes já instalados, dividindo com eles um espaço maior, quando havia mulher e mais ainda filhos, ou ocupando um quarto, quando se tratava de um jovem, sobrinho, primo, etc. Naturalmente esta não era a solução definitiva para ninguém, mas seu tempo de duração também não era previsível rigidamente. Em princípio, quando eram famílias «completas», a este momento deveria se seguir o aluguel de uma casa pequena e, em certos casos, também compartilhada com outra família. A história da família Chinelli é exemplar desta experiência.

Quando vem para o Brasil com suas duas filhas, D. Teresina encontra seu marido, Salvador, hospedado por sua prima em boa casa em bairro de subúrbio do Rio. Após algum tempo, e em função de trabalho, eles se mudam para Niterói, indo ocupar uma pequeníssima casa de fundos na Vila Pereira Carneiro, sob o abrigo de outra família italiana. Daí se mudarão para outra casa de fundos, desta feita maior e em bairro melhor, mas no mesmo terreno ocupado pela família Ciambarella, de quem se tornam grandes amigos. Só após muito tempo, o Sr. Salvador pôde alugar uma casa para sua família e em seguida comprar outra, numa vila no centro da cidade de Niterói. As recordações de Filipina, filha mais velha, são bem expressivas da importância e das dificuldades para se ter uma moradia.

*Mudamos muito (em Niterói) e eu detestava mudar. Morei na rua Visconde de Moraes, bem em frente à Faculdade de Medicina.(...) Lembro da gente pegando água na Faculdade, porque tinha muita falta d'água, o que era um horror. Nós (ela e a irmã) ficávamos muito cansadas, pois além de passar roupa, ainda tínhamos que pegar água. Esta casa era muito precária, muito pequena: chovia dentro. Ela era alugada e ficava nos fundos de uma boa casa de altos e baixos, onde morava outra família italiana de Fuscaldo.(...) Depois, moramos na rua onde fica hoje a Escola de Comunicação. Era uma*

*casa grande e bem melhor. Mas não podíamos pagar sozinhos o aluguel e tivemos que alugar quartos para rapazes solteiros. Minha mãe, então, lavava roupa e cozinhava para eles. Enfim, uma vida muito dura.*<sup>13</sup>

A outra alternativa foi a vivida pelo Sr. Pietro Polizzo. Quando chega, é recebido por seu tio em sua própria morada. Mas, alguns dias depois, já está insatado numa «casa de vagas» na rua 1º de Março, no centro do Rio, que era propriedade de italianos e funcionava com essa finalidade. O lugar era muito bom, pois o trabalho do Sr. Pietro era no grande mercado municipal que funcionava na Praça XV, local onde se alimentava de comida italiana fornecida por patrícios. Ou seja, ele morava, trabalhava e comia com italianos no Rio. Daí, ele se mudará para Niterói, passando a morar no quarto da casa de uma tia, até se casar e alugar moradia própria para a família que se formaria. O Sr. Vicente tem história quase idêntica, sendo que, quando se casa com a noiva que deixara na Itália, aguardando seus progressos no Brasil, permanece morando na mesma casa que dividia anteriormente com sua tia. Embora já pudesse alugar uma casa só para si e sua recém-esposa, não o faz, preferindo que esta vivesse uma fase de «adaptação» com o país e a língua, acompanhada de alguém mais experiente. Era o caso de se aprender o nome das «coisas», onde e o que comprar. Enfim, de como colocar o «arroz com feijão» ao lado da macarronada.

*Morávamos num quarto, mas era como se fosse uma casa nossa. (...) Antigamente era um costume morar numa casa só e compartilhar tudo. Quando eu comprei a minha primeira casa, veio uma irmã minha da Itália e eu botei na minha casa. Usava o meu fogão, o meu quarto, usava tudo.*<sup>14</sup>

A existência de mais de uma família dividindo o espaço de uma casa ou de um «quintal», como dizem, cumpria portanto uma série de funções e se transformava num referencial de amizade e sociabilidade fundamentais. Estas casas eram tanto uma espécie de hospedaria temporária, quando do momento da chegada, quanto uma forma de habitação coletiva que minimizava os custos do estabelecimento inicial com a família. Entretanto, independentemente da questão econômica, podiam funcionar como meio protetor e socializador de mulheres, em especial as que chegavam recém-casadas ou por procuração ou com os maridos que as traziam da Itália.

---

<sup>13</sup> Filipina Chinelli, *Depoimento*, LABHOI, UFF, Fita 1, Lado B, 1998.

<sup>14</sup> Vicente Figliano, *Depoimento*, LABHOI, UFF, Fita 2, Lado B, 1998.

Para as mulheres, a casa era obviamente fundamental. Se houve as que encontraram seus maridos em razoáveis condições de vida e se tornaram apenas donas de casa, como a maioria das brasileiras de classe média dos anos 50, houve as que precisaram trabalhar, e muito. Aliás, muito já se escreveu sobre o imaginário da imigração e os espaços fundamentais nele ocupados por uma cultura doméstica e pelo valor do trabalho, como meios de ascensão social. O trabalho feminino faz a interseção perfeita desses dois grandes símbolos do esforço do imigrante. São recorrentes as menções de vários descendentes, principalmente filhos, ao como suas mães trabalharam para ajudar os pais, geralmente dentro de casa, pois a italiana não trabalha «fora». Cozinhar para fornecer pensão, principalmente na própria casa, como D. Francisca, a mãe do Sr. Carlos Mônaco. Costurar por tarefa, como D. Marianinna Ciambarela e lavar e passar roupa, como D. Teresina Chinelli. Estas duas dividiam o mesmo «quintal» e lutaram arduamente para complementar o orçamento de seus maridos jornalheiros.

*Costurei na máquina uma porção de anos para ajudar o Carmelo. Costurava calça para homem. O alfaiate do Rio cortava e me mandava. As vezes, Franca e a minha irmã (Alba) levavam as calças lá na Avenida Rio Branco. A Franca é filha da Teresina, minha vizinha. A Teresina lavava roupa e passava a ferro. E aí, a Filipina e a Franca, já mocinhas, carregavam a roupa para entregar ao freguês. A minha irmã então ia ajudar, para não deixar elas carregarem sozinhas. Mas a gente não desanimava não...*<sup>15</sup>

A casa era, assim, tanto o espaço do trabalho, quanto o da família e das festas para essas mulheres. Carlos Mônaco e Antônio Ciambarela falam com sabor da macarronada tradicional dos domingos e das quintas feiras, e Filipina Chinelli procura se lembrar das receitas de molho que o mestrado em antropologia não ajudou a guardar. Domingo era dia de reunir amigos em casa e beber cerveja e vinho, conversando até tarde. O Natal era a grande festa, entremeada dos aniversários, da festa de São Francisco de Paola, em maio e de Nossa Senhora dos Anjos, em agosto. Além delas, havia as comemorações quando da chegada ao Brasil de mais um familiar. Em todas as ocasiões, música italiana e a dança da tarantela. Portanto, cantava-se e ouvia-se música italiana nas casas, mas em geral a língua usada com os filhos era o português, mesmo porque entre os adultos falava-se mais o dialeto da cidade de origem do que o próprio italiano.

---

<sup>15</sup> Mariannina Ciambarela, *Depoimento*, LABHOI, UFF, Fita 2, Lado A, 1998.

Os filhos, em certos casos, também ajudavam no trabalho, mas o grande projeto das famílias era sua educação. Saídos da Itália sem poder terminar seus estudos, mas tendo vivido uma conjuntura de valorização da escola e de demanda por profissionais mais qualificados que eles, todo o investimento desses pais será lançado no futuro dos filhos. Além disso, no Brasil, as décadas de 1950 e 1960 são as de boas escolas públicas e, no caso de Niterói, especificamente, as da chegada das faculdades e da universidade, também públicas. Houve assim uma conjugação de fatores que impulsionou desejos e os tornou uma realidade possível. De uma maneira geral, quantitativa e qualitativamente, este foi um projeto que se realizou, sendo numerosos os descendentes que fizeram estudos superiores, seguindo inúmeras profissões, com destaque para as de área médica.

Para os filhos, por conseguinte, era preciso estudar e para os pais trabalhar.

### **O sabor das frutas, o brilho da graxa e as letras dos livros e jornais**

Quando o Sr. Salvador Chinelli ou o Sr. Pietro Polizzo chegaram ao Rio, em inícios da década de 1950, foram recebidos por parentes que aqui já se encontravam há mais de uma década. O Sr. Pascoal e o Sr. Ernesto trabalhavam no comércio de frutas da cidade. O primeiro possuía uma carrocinha que percorria as ruas do moderno e elegante bairro de Copacabana, sendo exatamente esta a primeira ocupação de Salvador. O segundo, lidava com frutas no atacado, empregando o jovem Pietro no mercado municipal da Praça XV, um dos corações do comércio de alimentos da cidade, e também o local onde atracavam as barcas que seguiam para Niterói, do outro lado da baía. Era um local de intenso trânsito de trabalhadores, pois aí também funcionava o maior entreposto de pesca do Rio. Certamente foi significativo que um dos primeiros atos do Sr. Vicente Figliino ao se deslocar para o Brasil tivesse sido a compra de um cacho de bananas e que ele, até hoje, mencione o gostoso sabor da fruta, estalando a língua.

Variadas, diferentes e coloridas, as frutas deviam ser arrumadas com arte nas carrocinhas dos ambulantes e nas bancadas do mercado. Eram muitas e Filipina diz que, devido ao trabalho do pai e do tio, elas nunca faltavam em casa, como um símbolo de fartura, ao menos enquanto morou no Rio.

A venda de frutas, remetendo ao trabalho como ambulante e, mais ainda, ao trabalho no setor de serviços que exigia uma menor qualificação, era uma ocupação que caracterizava a presença do trabalho dos imigrantes na cidade do Rio de Janeiro. O pouco conhecimento da língua e a baixa escolarização impediam o acesso a outras tarefas, quer na indústria quer no comércio, diferentemente do que havia ocorrido na época da «grande imigração», definitivamente encerrada no pós-trinta por questões internacionais e pela política restritiva de Vargas. Vender frutas ou outros artigos; trabalhar em entrepostos, como o mercado da Praça XV; e também vender bilhetes de loteria ou lidar com outros jogos, como o do bicho, eram possibilidades frequentemente vivenciadas pelos imigrantes.

O Sr. Silvestre Mônico, por exemplo, que chega ao Brasil bem antes, em inícios de 1921, com 15 anos e a chamado do pai Carmine, irá ser um desses vendedores de bilhetes. Boêmio, segundo o filho Carlos, gostava de frequentar a Lapa e conhecer músicos e artistas. Para o irmão, Domênico, que chegou pouco depois do mais velho, talvez por isso tenha-se envolvido com o jogo do bicho, o que lhe rendeu três prisões e a desaprovação do pai.<sup>16</sup> Na ocasião da última prisão, em inícios dos anos 30, a repressão policial crescia no Rio e Silvestre acaba optando por deixar a cidade, mudando-se definitivamente para Niterói, onde sua família morava e trabalhava.

Aí irá se estabelecer em um tipo de ocupação também muito controlada pela comunidade de imigrantes italianos: as cadeiras de engraxate. Elas funcionavam em «pontos» das cidades, que podiam ser comprados ou «alugados», havendo então uma certa divisão percentual dos ganhos com o proprietário da licença. O Sr. Vito Petraglia, que trabalhou em um «ponto» na Praça da Bandeira, no Rio, por anos, tem orgulho em contar como o pai de Pietro Accetta, que foi candidato a reitor da Universidade Federal Fluminense, educou toda a família com sua cadeira de engraxate do Centro de Niterói.

Portanto, quando o Sr. Silvestre vem para essa cidade, seu pai, Carmine Mônico, já era um engraxate, como o será o Sr. Domênico, seu tio. Contudo, a trajetória do Sr. Silvestre é daquelas qualificadas como exemplares pela excepcionalidade. Em 1935 e

---

<sup>16</sup> Os Srs. Carlos e Domênico Mônico concederam entrevistas ao LABHOI e também a Aníbal Francisco A. Bragança, que tem um belo estudo sobre a livraria Ideal, de onde são retiradas várias das informações que se seguem: *Livraria Ideal: a trajetória de um imigrante italiano de engraxate a livreiro (1935-1966)*, São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 1995. Os processos de Silvestre Monaco (que são os de nº 971 e A-1619 da 10ª Vara Criminal, de 28 de abril e 28 de agosto de 1930, respectivamente e o de nº 12 da 5ª Vara criminal, de 4 de abril de 1934) foram consultados por Aníbal Bragança, no Arquivo Nacional e comentados em sua Dissertação nas p. 22-3.

com a ajuda do pai, ele abre uma «porta» com duas cadeiras de engraxate, na rua Visconde do Rio Branco, nº 255, no Centro. O trabalho com graxa permitia uma vida razoável, em época onde os calçados de couro (e não de materiais sintéticos) imperavam e eram caros, devendo ser bem conservados. Conforme o Sr. Vito Petraglia assinala, vivendo-se com grande austeridade e muito esforço, como era do feitio dos italianos - e nem sempre dos brasileiros -, podia-se até juntar dinheiro para casar e sustentar família. Até os anos 60, não havia essa «coisa de inflação», sendo possível planejar ganhos e gastos.

*Antigamente comprava-se tudo a prestação. A gente financiava: dava uma entrada e ficava pagando anos. O dinheiro era estável, como está agora. porque com aquela inflação, não havia dinheiro para comprar nada. mas na época, você juntava um troquinho e: Ah! Vou comprar uma carro, uma csa, um terreno, uma coisa qualquer. (...) Muito mais fácil, muito mais.<sup>17</sup>*

Antes do Sr. Vito, será o que fará o Sr. Silvestre, que se casa em 1940 com a filha de um italiano, alfaiate e morador de São Gonçalo, que conhecera em sua engraxataria. Ele havia sido bem sucedido, sobretudo porque em sua «porta», além do serviço de graxa, vendia cadarços para sapatos, bilhetes de loteria e revistas e livros usados ou livros novos de cordel. O freguês chegava, sentava e dispunha de um certo tempo para conversar com o engraxate ou para ler. As revistas e livros eram colocados ao lado das cadeiras e, se o freguês desejasse, podia comprá-los para terminar de ler ou reler em casa. Não se vendia revistas novas, encontradas apenas nas bancas de jornal que, por sinal, podiam estar próximas das portas dos engraxates e eram também de italianos. O forte, portanto, era a literatura de cordel e todo o tipo de livretos que pudessem interessar a um público de leitores composto por camadas populares de menor escolarização. O Sr. Silvestre, no caso, gostava muito de ler e certamente devia ser o que «nos meios eruditos» se chama um *causer*.

Essa associação entre a graxa e as letras não era nem uma descoberta do Sr. Silvestre, nem uma novidade em algumas cidades brasileiras. Ela datava de inícios do século XX, quando, no Rio, além dos livros e revistas usados serem vendidos por ambulantes nas calçadas, estabelece-se a prática do uso das engraxatarias como pontos de venda. O descobridor desta nova rede de comercialização de uma literatura popular e de um tipo de

---

<sup>17</sup> Vito Petraglia, *Depoimento*, LABHOI, UFF, Fita 1, Lado B, 1998.

acesso a novos leitores teria sido um imigrante italiano, Savério Fittipaldi. Ele primeiro empregou-se em uma livraria - a *Quaresma*-, e a seguir, nos anos 20, adquiriu a sua própria: a Livraria Carioca que, após a morte de Paulo Barreto, passa a se chamar, em sua homenagem, *Livraria João do Rio*. Extremamente adequado, quando se sabe que João do Rio era um atento observador da cidade e da vida de seu povo, listando várias «profissões da miséria», dentre as quais as de engraxate e vendedor de jornal.<sup>18</sup>

Assim, embora o Sr. Carlos Mônaco diga que foi inteiramente casual a transformação da engraxataria em uma livraria, o que vem a ocorrer em 1946, e certamente ele tenha uma boa dose de razão, a casualidade contava com um passado e com um articulador meticuloso, também italiano: o editor e dono da *Livraria João do Rio*. Mas daí para frente, a história da Livraria Ideal de Niterói é assunto que se deve exclusivamente ao Sr. Silvestre e a seu sócio, Emílio Petraglia.

A *Ideal* ficava localizada na rua Visconde do Rio Branco, 239, ao lado de uma padaria e de uma barbearia que possuíam este nome. Ela funcionava como uma papelaria e como um sebo de livros e revistas usados, mantendo a venda de livretos populares e também das cadeiras de engraxate. Além da mudança de endereço, portanto, o que ocorreu foi uma mudança de ênfase nos negócios, que passaram a se beneficiar da proximidade de um grande e prestigioso estabelecimento de ensino de Niterói: o Colégio Plínio Leite. Frequentada crescentemente por alunos, em inícios dos anos 50, a *Ideal* descobre um outro filão de venda que se abria em todo o país: os livros didáticos. É mais ou menos nessa ocasião que ela vai aos poucos se transformando num ponto de encontro, não só de estudantes, como igualmente de intelectuais e políticos da cidade. Além de ser reconhecida como um bom sebo, funcionava expondo telas de artistas plásticos, todos se reunindo aos domingos, quando o centro se agitava pelos deslocamentos para o Rio e pelo grande funcionamento do comércio.

A frequência a tais encontros vai aumentando e ganhando organização, até se transformar no que ficou conhecido como o Grupo dos Amigos do Livro, que promovia eventos variados de natureza cultural. Na época, o Sr. Silvestre, mais velho, culto e

---

<sup>18</sup> A Livraria João do Rio permaneceu existindo até 1939, funcionando como uma editora de livros populares e chegando à marca de mais de 600 títulos, a maioria de literatura de cordel. A venda de jornais nas ruas e não só por assinatura começou a ser feita no Brasil em 1876, quando o jornal *Província de São Paulo* (hoje *Estado de São Paulo*) lançou a novidade. Desde essa época, esse tipo de trabalho passou a ocupar muitos imigrantes italianos, adultos e crianças. Todas essas informações estão em Aníbal Bragança,

experiente no Brasil, já era uma pessoa bastante reconhecida, principalmente entre a comunidade de italianos que se adensava na cidade. Segundo seu filho, ele era procurado para dar uma série de conselhos e ajudar em problemas práticos, como a colocação de crianças em escolas, como o Plínio Leite, de cujo proprietário se tornara amigo. Morava na Vila Pereira Carneiro, onde nasceram seus três filhos e onde passaram a morar muitos outros membros de sua família, chegados desde então. É também nessa ocasião que Carlos, com cerca de 10 anos, começa a trabalhar junto com o pai na livraria, atividade que mantém até hoje, após a morte do Sr. Silvestre, em 1973. Um acontecimento que tem impacto, reativando os encontros tradicionais ocorridos na *Livraria Ideal* e transformando o Grupo dos Amigos do Livro em Grupo Mônaco de Cultura.<sup>19</sup>

A trajetória da família Mônaco, especialmente de Silvestre e Carlos, beneficiam-se de dois momentos bem especiais da expansão do mercado de livros e leitores no Brasil. Inicialmente, nos anos 30, dos livros de cordel e das numerosas revistas ilustradas que, como lazer, competiam com o rádio, que se firmava decisivamente. Posteriormente, nos anos 40 e 50, do mercado de livros didáticos, alimentado pelo crescimento do ensino secundário e do número de editoras, particularmente de algumas que neles se especializarão de forma quase monopólica.

Transformações de fundo como essa, estarão na lógica da trajetória de muitas outras famílias italianas, mas desta feita envolvendo um outro tipo de ocupação igualmente típica da comunidade há décadas. Trata-se da venda de jornais e revistas em bancas de cidades como o Rio, praticada desde o início do século e que, no pós-guerra, começará a se estruturar mais fortemente em Niterói. Os Chinelli, Ciambarella, Polizzo, Figlino, e muitos outros integrarão essa história que pode ser acompanhada através de várias narrativas que se cruzam. A questão é sempre o por quê e o como esses homens acabam se tornando jornalheiros e qual o seu percurso nessa atividade profissional.<sup>20</sup>

O Sr Salvador Chinelli é um bom começo, pois ele se dedicava a venda ambulante de frutas em Copacabana e será diretamente atingido por regulamentações que praticamente impediam a continuação desse comércio, como a que exigia o permanente

---

op. cit.

<sup>19</sup> O primeiro presidente do Grupo dos Amigos do Livro foi o procurador Sávio Soares de Souza, sendo suas reuniões frequentadas por nomes como Agripino Grieco, Geir Campos, J. G. de Araújo Jorge, José Cândido de Carvalho, Brígido Tinoco, Alberto Torres e Roberto Silveira, dentre outros.

<sup>20</sup> Sobre essa atividade ver Filipina Chinelli, *Folha no chão: etnografia de uma sociedade de jornalheiros*,

deslocamento da carrocinha. Mas de qualquer forma, é bom lembrar que o início dos anos 50 é o da inauguração de modernos estabelecimentos comerciais no Brasil, a exemplo dos super-mercados, das lojas de departamentos e dos shopings-centers. Tudo isso afetava os padrões de consumo da população urbana e atingia as ocupações que tradicionalmente viviam de vendas avulsas. Por essa razão, o Sr. Salvador abandonará as frutas e o Rio de Janeiro, mudando-se para Niterói, onde outros membros de sua família e muitos outros italianos dedicavam-se a organizar mais uma Sociedade de Jornaleiros - a Niterói II -, a exemplo da já existente: a Niterói I.

Entrar numa Sociedade de Jornaleiros não era coisa tão simples. Em primeiro lugar era necessário ser aceito-indicado, o que tornava a condição de italiano quase um pré-requisito obrigatório, uma vez que era esse grupo étnico que mantinha o controle do negócio em várias cidades do país. Em segundo lugar, era preciso dispor de um capital para a compra de uma *parte*, isto é, de um percentual de participação na Sociedade que funcionava distribuindo seus lucros conforme as *partes* detidas pelos sócios. Tudo isso funcionando de maneira informal e solidária, como um sistema de apoio solidamente construído. Em muitos casos, portanto, como no do Sr. Salvador, mas também como no do Sr. Pietro Polizzo, a compra da *parte* era feita com empréstimo de elementos da família e com o conhecimento e aceitação da Sociedade, pois o montante não era pequeno e podia exigir anos para seu pagamento. A *parte*, entretanto, não assegurava necessariamente a ocupação de uma determinada banca de jornal, podendo o jornaleiro ser deslocado de uma para outra banca, conforme sua capacidade de trabalho. Contudo, um jornaleiro podia possuir a licença de uma (ou mais) banca específica, da qual era o proprietário legal, mantendo esse vínculo independentemente do local para onde fosse designado.

Assim, o Sr. Pietro começa trabalhando, a chamado de um parente, o Sr. Salvador Pizzini, em banca do Ponto Cem Réis, em 1952 e só em 1954, começa a comprar uma *parte* a prestação. Em 1957, trabalhava em banca nas barcas, uma das melhores localizações da cidade, onde também o Sr. Salvador Chinelli irá se estabelecer. Isso ocorria com os bons jornaleiros, que eram capazes de levantar a freguesia de um ponto em baixa ou de sustentá-la e ampliá-la, no caso de local movimentado como o centro da cidade. Logo, numa Sociedade podia-se começar como vendedor avulso nas ruas; como empregado em

banca, ou como proprietário de uma *parte* numa Sociedade de Jornaleiros que, em princípio, garantia ganhos equitativos para todos. Em qualquer das alternativas devia-se trabalhar muito.

*Quando comecei a trabalhar aqui (em Niterói), quando comprei a banquinha de jornal... Saía de casa à meia-noite. Naquela época, a travessia (de carro) da baía de Guanabara era feita de barcas e nós pegávamos a barca de meia-noite e meia. Aí a gente ia às redações, pegar a mercadoria na fonte, nas redações. E então trazia para Niterói, para as bancas e ficava trabalhando até às nove, nove e meia da manhã. Depois, dava uma paradinha e ia vender os jornais pela rua, até meio dia. Meio dia eu ia no botequim tomar uma média com pão sem manteiga, porque era mais barato. Saía do botequim e ia para a Avenida Amaral Peixoto, ia às barcas, vendendo bilhete de loteria, revista de modinha de cantores... vendendo o que eu pudesse vender. Eu trabalhava até às cinco, seis horas da tarde...*<sup>21</sup>

Tomando o exemplo da trajetória dessas Sociedades em Niterói e seguindo a própria periodização construída pelos entrevistados, pode-se demarcar uma espécie de três tempos no «mundo do jornal». Os «tempos de ouro», correspondem aos anos 50 e 60, quando algumas figuras são mencionadas como chaves para o início da organização das Sociedades, a despeito de se reconhecer que já havia italianos em bancas de Niterói desde os anos 20, quando a cidade começa a se afirmar como alternativa para o mercado de trabalho carioca. Os nomes citados são o do próprio Salvador Pizzini e o do Sr. Antônio Maia, sócio de Carmine Polizzo (irmão de Pietro) e de Antônio Ciambarela (irmão mais velho de Carmelo e tio do Antônio, nosso entrevistado). Antônio Maia, que já integrava a Sociedade de Jornaleiros Niterói I, irá ajudar o novo grupo a formar a Niterói II, organizada em meados dos anos 50.

Daí em diante, até os inícios dos anos 70, o trabalho como jornalista é visto como uma opção privilegiada para os imigrantes italianos, capaz de lhes garantir um padrão de vida razoável e sobretudo de colocá-los numa rede de sociabilidade que se estendia a uma comunidade maior, toda ela centrada no trabalho com jornal. Era um trabalho duro, como se viu, pois era necessário acordar de madrugada, deslocando-se para as barcas onde chegavam os jornais e revistas vindos do Rio. Aí, eram distribuídos segundo as bancas que,

---

<sup>21</sup> Vicente Figliano, *Depoimento*, LABHOI, UFF, Fita 2, Lado A, UFF, 1998.

de acordo com sua localização, recebiam maior ou menor número de periódicos. Um mercado nitidamente segmentado segundo a freguesia que atendia, fosse ela medida em termos quantitativos - locais de maior circulação -, fosse em termos qualitativos - locais de mais alto poder aquisitivo. Os melhores jornaleiros eram premiados com um deslocamento das bancas menos para as mais movimentadas, mas podiam igualmente ser solicitados a «levantar» uma banca, ou seja, a ganhar uma freguesia nova ou recuperar um ponto que se desgastara por má exploração. De qualquer forma, mesmo com certas variações de ganho, o sistema cooperativado das Sociedades garantia remunerações razoavelmente equitativas entre as *partes* e, sobretudo, garantia que as famílias não passassem grandes dificuldades.

É interessante observar, inclusive, que esses jornaleiros eram homens que conheciam muito pouco a língua portuguesa e, com frequência, tinham pequenas qualificações. Mesmo assim, controlaram meticulosamente a exploração desse negócio, não sendo incomum o reconhecimento dos que eram capazes de, mesmo sem saber ler o português, identificar rapidamente qualquer jornal ou revista existente em suas bancas.

Contudo, também fica evidente o estabelecimento de uma hierarquia dentro das Sociedades, bem como de fatores que introduziam uma certa diferenciação, como é o caso de uma melhor ou pior exploração de um ponto, o que podia levar a um endividamento com a Sociedade. Aliás, como a venda de periódicos se fazia, como ainda se faz, por consignação, muitos jornaleiros não entendiam que, do que recebiam, deveriam descontar primeiro o valor da consignação, para só então encontrar o que era o ganho e podia ser gasto. Muitos gastavam «direto» e acabavam em sérios apuros. A isto, somava-se o controle de certos postos de administração nas Sociedades, os quais ofereciam outras oportunidades de acumulação, algumas reconhecidas e aceitas claramente e outras condenadas, mas nem por isso não praticadas. Entre esses postos estava a *Capatazia* - uma direção administrativa, financeira e política da associação -, que exigia conhecimentos de contabilidade, contatos com bancos e com autoridades da política municipal, que eram as que concediam a licença necessária para a abertura e funcionamento de uma banca de jornal. Ser *capataz* ou seu auxiliar, representava um importante recurso de poder e vários entrevistados se referiram às disputas para alcançar tais funções, assim como aos desentendimentos suscitados por práticas de alguns de seus ocupantes, ao longo da existência das Sociedades.

Finalmente, havia os sócios que se encarregavam dos contatos com as redações de jornais e revistas no Rio de Janeiro e que trabalhavam durante toda a noite,

deslocando-se pela barca de automóveis, diariamente, para trazer os periódicos que deveriam estar no centro de Niterói, para a distribuição, bem no início da manhã. Desta forma, se não trabalhavam em nenhuma banca especificamente, eram proprietários de *partes* e garantiam o funcionamento de todas elas, constituindo-se num elo estratégico da cadeia que se montava.

É pelo gradativo rompimento desse delicado e complexo equilíbrio entre distribuição de tarefas e confiança mútua que as Sociedades começarão a desmoronar, tudo indica, em inícios dos anos 70. É um segundo tempo, um tempo de transição que se inicia, onde começa a ficar clara a diferenciação de renda entre os jornaleiros, uns evidenciando estar acumulando capital e outros permanecendo em situação de muita dificuldade financeira. A repartição equitativa de ganhos, sem dúvida não estava mais ocorrendo como antes e também não estava mais sendo obscurecida, o que conduzia ao rompimento da rede de solidariedade sobre a qual esse associativismo «informal», mas muito sólido, estruturava-se. Isto provavelmente foi reforçado pelo esgarçamento dos próprios vínculos familiares, alimentados anteriormente pelas moradias conjuntas e pelos múltiplos casamentos intraétnicos. Assim, havia visivelmente os jornaleiros que enriqueciam - os que tinham carro e boa casa-, e os que não conseguiam acumular rendimentos, a despeito de muitos deles serem reconhecidos como «bons jornaleiros» e também como homens previdentes. Então, como explicar e entender a situação? É o que se começa a perguntar aqueles que se sentem prejudicados em seu trabalho.

É também nesse momento que ocorre um fato capital para a história das relações entre o Rio e Niterói e de tudo que ligava e separava as duas cidades. É inaugurada, em 1974, a ponte presidente Costa e Silva, uma das obras que procuram evidenciar a grandeza do regime militar implantado no país desde 1964. A ponte muda todo o sistema de contatos com as redações de jornal, liberando a tarefa dos estreitos horários das barcaças e permitindo uma liberdade, até então, inimaginável. Mas mesmo assim não torna menos estratégica a figura de quem realiza tais contatos e que já acumulara relações pessoais e saber técnico para fazê-lo. Segundo Antônio Ciambarela, filho de Carmelo e que com ele começara a trabalhar nessa ocasião, seu tio Umberto é um exemplo de quem tem esse saber e, não por acaso, será dos primeiros a abandonar a Sociedade. Ele ilustra as circunstâncias em que ocorrem as defecções iniciais, crescentes no decorrer da década, que se finda com o desaparecimento de todas as Sociedades. Em suas palavras:

*De 1974 para cá, tudo mudou. Porque eu me lembro... Eles contavam que tinham que ir às 6 horas para a fila da barcaça para pegar a da meia noite, em época de feriado. Foi o que facilitou o meu tio Umberto, que sabia fazer esse serviço de redação. Porque era um serviço feito em grande quantidade, mas em pouco tempo. Você tinha (...) de meia noite até às 3 horas da manhã para fazer tudo. Se você perdesse a barcaça das três da manhã, só tinha outra às cinco.(...) Aí não dava mais tempo (...) para arrumar, para distribuir (aqui em Niterói). Tinha que ser uma pessoa que sabia... Não era pegar qualquer um e dizer: Vai lá. E ele (o meu tio) fazia isso como ninguém.<sup>22</sup>*

Como se vê, um outro fator também estimulava esse conjunto de mudanças e pode ser identificado numa renovação geracional no mundo do jornal. Uma renovação que apostava em novas possibilidades de arranjos organizacionais e era mais crítica à rede social anteriormente construída, com a qual se sentia muito menos comprometida. Quanto a este aspecto, vale observar que, em geral, os jornalheiros dos anos 50 faziam de tudo para que seus filhos não os replicassem. Os esforços eram para que fizessem um curso superior e que definitivamente não se submetessem às duras condições de uma atividade que exigia esforço braçal e não acenava com horizontes econômicos e sociais muito recompensadores. Todos deviam estudar e para as moças casadouras um bom partido estava certamente fora desse mundo do jornal, em um outro e bem melhor «mundo de letras». Mas bem se diz que o mundo dá suas voltas.

Se durante os anos 50 os jornais começaram a se transformar em grandes empresas, modernizando seus estabelecimentos e buscando um público leitor de massa,<sup>23</sup> mesmo porque começariam a sofrer a concorrência de um outro meio de comunicação muito mais poderoso que o rádio - a televisão -, nos anos 80, haveria uma nova reviravolta. O regime militar, que se implantara em 1964, teve impactos também violentos no setor da imprensa, impactos que foram além da censura explícita ou da autocensura incorporada. Houve um rearranjo nesse mundo de empresas jornalísticas, que se manifestou pela concentração de poder em algumas e pelo esvaziamento de outras. O número de redações

---

<sup>22</sup> Antônio Ciambarella, *Depoimento*, LABHOI, UFF, Fita 2, Lado A, 1998.

<sup>23</sup> Os jornais e revistas, especialmente em fins dos anos 50 e inícios dos 60, se beneficiarão da expansão de renda e instrução de uma classe média urbana, que tem poder e interesse em adquiri-los. É um período onde a imprensa escrita é lugar chave para o debate de idéias e para uma série de movimentos culturais. Tudo isso será duramente afetado pela censura implantada pelo regime militar, sobretudo a partir de 1969 com o AI-5. A este fato capital associa-se um processo de concentração e formação de poucas e grandes empresas de comunicação, em que o melhor exemplo é a *Globo*.

de jornal e as estratégias de contatos para com elas também se alteraram e os jornalheiros de Niterói tiveram que enfrentar o novo desafio, criando alternativas múltiplas, inclusive no formato organizacional de suas atividades de distribuição.

Assim, desfeitas as Sociedades, os jornalheiros passam a explorar suas próprias bancas e alguns começam a formar empresas distribuidoras, cujo objetivo era abastecer uma certa zona geográfica da cidade ou da região. Mais uma vez, algumas trajetórias são ilustrativas. A do Sr. Pietro Polizzo exemplifica a montagem de uma distribuidora, a Sol e Mar, que fornece jornais e revistas para um grande conjunto de bancas da região da Baixada Fluminense e da região dos lagos, zona anteriormente identificada como área da Sociedade Niterói III, e que era servida pela ferrovia que ia até Campos dos Goitacazes. A do Sr. Vicente Figliano demonstra que a realização dos serviços de controle e administração das muitas bancas que possui na cidade, pode ser feito em um escritório mantido em casa. E a de Antônio Ciambarela, que acaba por encontrar uma outra alternativa. Ele também monta, com um sócio, uma distribuidora, inicialmente abastecendo 30 bancas da cidade, das quais ele mesmo era o controlador de oito.

Após alguns percalços e com um novo sócio, a distribuidora acabará se transformando na Associação de Vendedores de Jornal de Niterói e São Gonçalo, criada em 1996. Trata-se de uma empresa de tipo cooperativo, que hoje reúne praticamente todos os jornalheiros das duas cidade e também da região dos lagos até Cabo Frio. Da Associação, participam tanto associados que pagam uma pequena contribuição, apenas para se abastecerem de jornais e revistas, como associados que, pagando pelo uso do metro quadrado, mantêm no terreno da Associação seus escritórios de administração de bancas e de distribuição do material das redações que representam. Ou seja, da Associação participam jornalheiros de diferentes poderes econômicos, todos se beneficiando de uma estrutura conjunta que barateia os custos de acesso e transporte das revistas e jornais do Rio para Niterói. Por sinal, a Associação e também a Sol e Mar não casualmente estão localizadas no acesso à ponte Rio- Niterói, o mesmo local de onde partem as rodovias que saem da cidade.

O sistema da Associação foi engenhoso, em muito beneficiando os jornalheiros e, por isso mesmo, não contando com grande simpatia das redações do Rio, que têm se oposto à sua difusão para outras regiões e cidades, mesmo que reconhecendo a inviabilidade da dinâmica anterior.

É esse rearranjo que marca um terceiro tempo no “mundo do jornal”. Um tempo «informatizado» e que combina abertamente pequenos e grandes jornaleiros. Ele marca um momento onde se alteraram as relações de trabalho tanto na produção de revistas e jornais, quanto em todo o circuito de sua comercialização junto ao público leitor. Se de início as bancas eram de madeira e abertas, devendo todo o material ser guardado e rearrumado diariamente, hoje passaram a ser de alumínio, fechadas, ou mesmo lojas, onde além dos periódicos, outros artigos podem ser encontrados. O «mundo do jornal» se transformou muito e de forma não previsível para os jornaleiros de uma primeira e segunda gerações. Ele passou a ser um bom negócio, melhor mesmo, em termos de rendimento financeiro, que algumas profissões liberais, embora não dispondo ainda de um reconhecimento social equiparável. Vicente Figliino, Pietro Polizzo e Antônio Ciambarella são bem sucedidos empresários, a despeito de nenhum deles ter tido acesso à universidade. Mas o mesmo não ocorreu com os filhos do Sr. Pietro Polizzo, ambos com curso superior, exercendo suas profissões mas também trabalhando no negócio do pai, que além de ser da família, assegura rendimentos nada desprezíveis.

Desta forma, se em um certo momento chegou a parecer que não haveria renovação geracional na atividade de venda de jornais - pela dureza das condições de trabalho, pela pequena qualificação exigida e pelos ganhos econômicos e sociais não muito significativos -, em fins da década de 90 a situação é bem outra. O «jornal» é um mundo onde trafegam frotas de caminhões, que está informatizado e modernizado, mantendo contatos sociais amplos e garantidos pela nada desprezível remuneração que pode oferecer, sobretudo se comparada ao clima de insegurança, baixa salarial e crescente desemprego que assola o país. Assim, pode-se ver e prever que muitos filhos de jornaleiros queiram e sejam estimulados pelos pais a herdarem seus negócios. Mulheres - filhas e esposas-, dele se aproximam com desembaraço e sem os percalços dos inícios dos anos 50. Elas estão nos computadores dos escritórios, controlando os mapas de consignações e vendas, e não mais nos tanques ou nas máquinas de costura.

Mas a despeito de todas essas transformações e se este mundo se abriu bem mais aos «brasileiros», como nos esclarece Antônio Ciambarella, com um sorriso nos lábios, ele continua a ser basicamente “coisa de italiano”, ao menos em Niterói.

